

# MELHORIAS DO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR ATRAVÉS DO IDEB

**BRUNA FAZOLIN<sup>1</sup>**

**SULIAN MARAISA<sup>2</sup>**

**LUCI MARA S. LUNDIN<sup>3</sup> Prof. Orientadora**

## **RESUMO**

Este trabalho tem como finalidade trazer à tona os sistemas de avaliação, a qualidade da educação, abordando o IDEB como fio condutor da pesquisa. O escopo do estudo investiga semelhanças e diferenças do IDEB entre escolas da Baixada Santista. A princípio, será feito um levantamento bibliográfico acerca das formas de avaliação interna e externa, o objetivo de cada uma delas e qual o significado de avaliar. Evidenciaremos os documentos PNE e PDE que nos auxiliará a entender os desafios que a educação brasileira atravessa no que diz respeito à avaliação.

Palavras-chave: Avaliação, IDEB, PNE e PDE.

## **ABSTRACT**

This paper aims to bring out the evaluation systems, the quality of education, addressing the IDEB as thread of research. The scope of the study investigates similarities and differences between schools IDEB of Santos. At first we do the literature concerning the forms of internal and external evaluation, the purpose of each, and how to evaluate the significance. PNE will highlight documents and PDE that will help us understand the challenges that the Brazilian education through with regard to evaluation.

Keywords: Evaluation, IDEB, PNE and PDE.

## **INTRODUÇÃO**

O sistema educacional brasileiro vem passando, nos últimos 20 anos, por transformações, sendo que uma delas refere-se aos programas e instrumentos de avaliação, que tem como principal objetivo melhorar a qualidade da educação, com destaque para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

O IDEB foi criado em 2007 através do Decreto nº 6.094 e visa aferir a qualidade da Educação Básica. O IDEB apresenta, numa escala de 0 a 10, o comportamento e desempenho das unidades escolares brasileiras e das redes de

ensino, buscando recursos para o Ministério da Educação (MEC) como meio de apoio aos municípios com índices abaixo do esperado para o ensino.

As provas que compõe o IDEB são realizadas a cada dois anos e seus resultados são disponibilizados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), na forma de tabelas.

Através das informações do IDEB com os resultados dos anos de 2005, 2007, 2009 e 2011, relativos aos anos iniciais do Ensino Fundamental, é possível se fazer uma análise para tentar compreender a dinâmica educacional na Baixada Santista, analisando resultados de diferenças e semelhanças entre as metas obtidas nas redes municipais de ensino.

A problemática do presente trabalho é conhecer quais são as principais metas para a melhoria da educação da Baixada Santista.

Para atingir o objetivo, que é conhecer os índices, suas metas, e suas relações, esse trabalho apresenta-se seccionado em três partes, além dessa introdução e das considerações. Na primeira seção, é realizado um levantamento bibliográfico acerca das formas de avaliação interna e externa, qual o objetivo de cada uma delas e qual o significado de avaliar. Na segunda seção, caracteriza-se as metas e a função do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e Plano Nacional de Educação (PNE), e na terceira seção são discutidos os resultados obtidos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) através de gráficos apresentados.

## **1 AVALIAÇÃO**

Quando abordamos o tema avaliação, a primeira coisa que cogitamos são provas e testes, sem ao menos refletirmos sobre a verdadeira essência do termo ou do ato de avaliar. Por este motivo, é preciso compreender o que é avaliação e como pode ser usada em nosso cotidiano. Na vida escolar ela é uma constante e nos ajuda a verificar se atingimos os objetivos propostos.

No âmbito escolar, a avaliação acontece através da avaliação da aprendizagem, que tem o intuito de verificar avanços e dificuldades dos alunos e como indicador para o replanejamento do trabalho docente. Educar, segundo a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, é ter em vista objetivos que permitam o

desenvolvimento do indivíduo como um todo, em seus aspectos cognitivo, afetivo e psicomotor.

Segundo Luckesi, citado por Libâneo (1991, p.196) "a avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho." Através da avaliação, o professor cria um vínculo entre sua metodologia de ensino e a aprendizagem de seus alunos, bem como reflete sobre seu planejamento e a realidade educacional em que se encontra.

A avaliação no Brasil é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 e os critérios de avaliação são orientados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN.

A LDB 9394/96 no Art. 24, inciso V, determina que avaliação seja feita de forma contínua e que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

A) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. (BRASIL, 1996, Art. 24).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs do Ensino Fundamental anos iniciais, “a avaliação é considerada como elemento favorecedor da melhoria de qualidade da aprendizagem, deixando de funcionar como arma contra o aluno. É assumida como parte integrante e instrumento de autorregulação do processo de ensino e aprendizagem, para que os objetivos propostos sejam atingidos. A avaliação diz respeito não só ao aluno, mas também ao professor e ao próprio sistema escolar.” (p. 42).

## **1.1 O que é avaliar**

Avaliar é um processo interpretativo, que abrange tanto dados quantitativos quanto qualitativos para dar um parecer ou fazer julgamento de valor, tendo por base padrões e critérios. De acordo com Regina C. Cazaux :

“A avaliação assume novas funções, sendo assim, um meio de diagnosticar e de verificar se os objetivos propostos para o processo de ensino

aprendizagem estão atingidos". A avaliação vai assumindo uma dimensão orientadora, pois permite que o aluno tome consciência de seus avanços e dificuldades para dar continuidade à construção do conhecimento. (CAZAUX, 1994, P.14).

Luckesi conceitua a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso:

“Defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário”. (LUCKESI, 2009, p. 172)

A partir do momento que o professor entende que a avaliação faz parte do processo que visa à melhoria da aprendizagem de seu aluno, sua metodologia de ensino se desenvolve, se aprimora, de modo que a prática reflexiva poderá alcançar todos os objetivos educacionais previstos em seu planejamento.

Para Golias (1995, p.90) a avaliação é "entendida como um processo dinâmico, contínuo e sistemático que acompanha o desenrolar do ato educativo".

É dever do professor preparar o aluno para o desenvolvimento da aprendizagem, a LDB nº 9.394/96 estabelece que o professor deve zelar pela aprendizagem do aluno e traçar estratégias para ajudar os alunos que apresentam dificuldades.

Por meio da avaliação, o professor pode constatar as dificuldades que o aluno encontra em relação à aprendizagem dos conteúdos ensinados, e trabalhar junto ao mesmo para a recuperação do seu rendimento escolar. Segundo Perrenoud:

“o professor deve motivar o aluno a desenvolver uma auto-regulação para que ele se torne um sujeito ativo no seu processo de aprendizagem. Ao assumir esse papel ativo, o aluno passa a desenvolver uma motivação intrínseca e, conseqüentemente, estratégias para melhorar a sua compreensão, pois agora seu aprendizado é sua responsabilidade, que depende da atitude dele e não mais da dependência absoluta do professor”. (2000, p.18)

## 1.2 Avaliações interna e externa

A avaliação interna é a avaliação realizada pelo professor que acontece em sala de aula e corresponde à verificação da aprendizagem dos alunos. Nessa modalidade, explicitam-se os resultados do processo de ensino e aprendizagem. A avaliação interna acontece intencional e sistematicamente e o professor pode recorrer a diferentes instrumentos avaliativos. (Centro de políticas públicas e avaliação da educação, 2011).

A avaliação interna permite ao professor verificar como o processo de ensino e aprendizagem tem ocorrido na sala de aula, fornecendo informações específicas que refletem o seu próprio trabalho e a realidade dos seus alunos.

Segundo o Centro de políticas públicas e avaliação da educação, o universo da avaliação interna é a sala de aula. Ao aplicar essa avaliação, o professor busca resultados de seu próprio trabalho bem como do desempenho dos alunos. O modo como a avaliação interna se realiza é múltiplo, pois sua aplicação se realiza por diferentes formas – provas abertas ou objetivas, observação e registro, portfólio, autoavaliação, entre outras.

Os resultados das avaliações internas têm como objetivo fornecer informações importantes para o professor, no intuito de avançar em suas práticas pedagógicas ou retomar alguma etapa a fim de vencer as dificuldades nela apresentadas pelos alunos. Além disso, a avaliação interna identifica o desempenho de cada aluno e possibilita o planejamento e a discussão de ações específicas para cada caso.

Segundo o Centro de políticas públicas e avaliação da educação, a avaliação externa, também chamada de avaliação em larga escala, é um dos principais instrumentos para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e redirecionamento das metas das unidades escolares. Seu foco é o desempenho da escola e o seu resultado é uma medida de proficiência que possibilita aos gestores a implementação de políticas públicas, e às unidades escolares um retrato de seu desempenho.

A primeira iniciativa brasileira de avaliação em larga escala foi o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que se desenvolveu a partir de 1990 e foi aplicado inicialmente em 1995. Atualmente os estados têm procurado desenvolver seus próprios sistemas de avaliação estabelecendo metas e diretrizes específicas às suas realidades.

As avaliações em larga escala buscam assegurar a qualidade da educação, fortalecendo o direito a uma educação de qualidade a todos os alunos. Os resultados dos testes aplicados apontam para a realidade de ensino, oferecendo um panorama do desempenho educacional, seja ele nos municípios, estados ou mesmo nacional.

As avaliações em larga escala podem ser censitárias ou amostrais. Essa modalidade avalia as redes ou os sistemas de ensino, indo além da sala de aula. Por isso, ela requer metodologia e instrumentos específicos de análise que possibilitem a manutenção da comparabilidade e confiabilidade dos resultados. Para efetivar a comparabilidade, os testes são construídos de forma padronizada e seus resultados são alocados em uma escala de proficiência que varia de zero a 500 com intervalos de 25 a 25 pontos. Os intervalos indicam a consolidação de competências e habilidades ao longo do processo de ensino e aprendizagem. (Centro de políticas públicas e avaliação da educação, 2011).

Os resultados da avaliação em larga escala fornecem subsídios para a tomada de decisões destinadas a melhorias no sistema de ensino e nas escolas. Eles também permitem acompanhar o desenvolvimento das redes e sistemas de ensino, ao longo das diferentes edições dos testes em larga escala, mediante a comparação dos resultados. Com os resultados das avaliações em larga escala é possível construir indicadores nacionais, como, por exemplo, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), bem como a distribuição do percentual de alunos em cada nível da escala de proficiência.

As duas avaliações, internas e externas, se interligam, ambas visam à melhoria do rendimento escolar e da qualidade de ensino, sendo que o contraste entre elas é a abrangência dos resultados, vez que uma avalia os resultados obtidos em sala de aula e a outra em larga escala.

### **1.3 Avaliação nos PCN's**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, relativos aos anos iniciais do Ensino Fundamental, determinam que o professor pode realizar a avaliação por meio de:

- observação sistemática: acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos, utilizando alguns instrumentos, como registro em tabelas, listas de controle, diário de classe e outros;
- análise das produções dos alunos: considerar a variedade de produções realizadas pelos alunos, para que se possa ter um quadro real das aprendizagens conquistadas. Por exemplo: se a avaliação se dá sobre a competência dos alunos na produção de textos, deve-se considerar a totalidade dessa produção, que envolve desde os primeiros registros escritos, no caderno de lição, até os registros das atividades de outras áreas e das atividades realizadas especificamente para esse aprendizado, além do texto produzido pelo aluno para os fins específicos desta avaliação;
- atividades específicas para a avaliação: nestas, os alunos devem ter objetividade ao expor sobre um tema, ao responder um questionário. Para isso é importante, em primeiro lugar, garantir que sejam semelhantes às situações de aprendizagem comumente estruturadas em sala de aula, isto é, que não se diferenciem, em sua estrutura, das atividades que já foram realizadas; em segundo lugar, deixar claro para os alunos o que se pretende avaliar, pois, inevitavelmente, os alunos estarão mais atentos a esses aspectos. (1997, p.57)

## 2 PNE E PDE

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, é um plano de ação plurianual lançado pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, em 24 de abril de 2007, que traz metas e programas para melhorar a qualidade da educação. Os programas que constituem o PDE estão organizados em quatro eixos: Educação Básica, ou seja, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; Educação Superior; Educação Profissional e Alfabetização.

No que se refere aos níveis escolares, à educação básica está contemplada com dezessete ações, sendo doze em caráter global e cinco específicas aos níveis de ensino. Entre as ações que incidem globalmente sobre a educação básica situam-se o "FUNDEB", o "Plano de Metas do PDE-IDEB", duas ações dirigidas à questão docente ("Piso do Magistério" e "Formação"), complementadas pelos programas de apoio "Transporte Escolar", "Luz para Todos", "Saúde nas Escolas", "Guias de tecnologias", "Censo pela Internet", "Mais educação", "Coleção Educadores" e "Inclusão Digital". (SAVIANI, 2007, p. 1.233)

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, surgiu em substituição ao FUNDEF, criado no governo do então Presidente da República Fernando Henrique

Cardoso, já que o prazo de vigência desse fundo findara no ano de implantação do PDE.

O FUNDEB continua com o mesmo propósito do FUNDEF, porém amplia o raio de ação para toda a Educação Básica, como é explicitado no próprio Plano:

O FUNDEB, por sua vez, ao substituir o FUNDEF, trouxe pelo menos duas vantagens: 1) aumentou substancialmente o compromisso da União com a educação básica, ampliando o aporte, a título de complementação, de cerca de R\$ 500 milhões (média no FUNDEF) para cerca de R\$ 5 bilhões de investimento ao ano; e 2) instituiu um único fundo para toda a educação básica, não apenas para o ensino fundamental. (BRASIL, 2007, p. 18)

Antes do PDE, criou-se também o Plano Nacional de Educação (PNE), que foi aprovado em 9 de janeiro de 2001 e tem duração de dez anos. Conforme Brasil (2000, p.906), o primeiro PNE surgiu em 1962, elaborado na vigência da primeira LDB, e o mesmo não foi submetido como um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do MEC, a qual era composta por um conjunto de “metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos.” Conforme Brasil (2000, p.06).

O PNE vigente 2011 – 2020, tem como eixos norteadores a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394/96, e a Emenda Constitucional nº 14. Esse Plano tem como objetivos:

Elevar o nível de escolaridade da população; melhorar a qualidade do ensino; reduzir as desigualdades sociais e regionais no que tange ao acesso e permanência, com sucesso, na educação pública; e a democratização da gestão do ensino público, mediante a participação dos profissionais da educação e das comunidades (BRASIL, 2000, p. 07).

De acordo com Saviani (2007), ao se confrontar esses dois planos, percebe-se que o PDE não se configura como um plano, mas “um conjunto de ações que, teoricamente, se constituiriam em estratégias para a realização dos objetivos e metas previstos no PNE”.

## **2.1 Metas do PNE**

Segundo o portal do MEC, o projeto de lei que institui o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que deverá vigorar nos próximos 10 anos, foi elaborada através

da Conferência Nacional da Educação (CONAE) ocorrida em 2010, sendo que o Ministério da Educação norteou a elaboração da proposta.

Conforme o Projeto de Lei nº 8.035/2010, do Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020), são algumas de suas metas:

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE. Essa meta foi suplantada pela Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013, que estabelece que a Educação Básica obrigatória e gratuita seja dos 4 aos 17 anos de idade. Ou seja, todas as crianças que estão em idade pré-escolar, 4 e 5 anos de idade, a partir da referida lei deverão obrigatoriamente estar matriculadas na Educação Infantil, pré-escola.

Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a catorze anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os oito anos de idade, durante os primeiros cinco anos de vigência do plano; no máximo, até os sete anos de idade, do sexto ao nono ano de vigência do plano; e até o final dos seis anos de idade, a partir do décimo ano de vigência do plano. Para atingir essa meta, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação e Cultura, lançou através da portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que tem como principal objetivo que as crianças sejam alfabetizadas no máximo até o 3º ano do Ensino Fundamental.

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

**IDEB**

**2015 2017 2019 2021**

Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5	5,2

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do art. 61 da Lei nº 9.394/1996, assegurando-lhes a devida formação inicial, nos termos da legislação, e formação continuada em nível superior de graduação e pós-graduação, gratuita e na respectiva área de atuação. Essa meta está intimamente ligada à qualidade da educação, já que profissionais bem formados podem contribuir significativamente para a qualidade do ensino.

Ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB no final do decênio. Até o presente ano não se sabia a origem ou fonte da verba destinada à educação, com patamares bastante altos; contudo, no mês de agosto do presente ano, foi aprovado pelo Congresso Nacional que os Royalties do pré-sal devem destinar-se à educação e à saúde. Já temos as fontes, nos resta esperar que comecem a ser efetivamente aplicados.

O PNE tem objetivos e metas para o ensino do País em todos os níveis, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, para serem cumpridos até 2020, sendo um desafio para todos.

### **3 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)**

O IDEB foi concebido mediante a necessidade da existência de um índice que fosse aplicado nacionalmente para se estabelecer um padrão nacional de qualidade da educação. Esse índice deve levar em consideração as peculiaridades das diferentes regiões do país.

Para Saviani (2007, p. 1245), o IDEB se constitui como um recurso técnico de monitoramento da implementação do PDE, ou seja, atua na definição e redefinição das metas, orienta e reorienta as ações programadas e avalia os resultados.

O IDEB foi criado pelo MEC a partir dos estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2007. Com o objetivo, segundo o portal do INEP, de ampliar as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. O IDEB também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a educação básica. O Plano de Desenvolvimento da Educação.

Em 2005, a partir do índice nacional obtido de 3,8, foram estabelecidas metas buscando a melhoria do IDEB para os resultados nacional, estadual, municipal e para cada escola, de forma que em 2021, com divulgação em 2022, o país atinja a média 6,0, a qual é a pontuação média dos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que através desse é buscada a qualidade educacional brasileira.

A comparação dos resultados obtidos com outros países é feita mediante o PISA (Programme for International Student Assessment) que é, conforme o Inep, um programa de avaliação comparada que visa a produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais e avalia alunos de 15 anos de idade. Esse programa avalia os conhecimentos básicos em Leitura, Matemática e Ciências, porém pretende examinar também a capacidade de análise, raciocínio e reflexão acerca desses conhecimentos.

De acordo com o Inep, pode-se resumir o cálculo do IDEB na seguinte equação:

O IDEB é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para IDEB de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos IDEB dos estados e nacional). A forma geral do IDEB é dada por:

$$\text{IDEB}_{ji} = \frac{N_{ji}}{P_{ji}}$$

em que,  $i$  = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

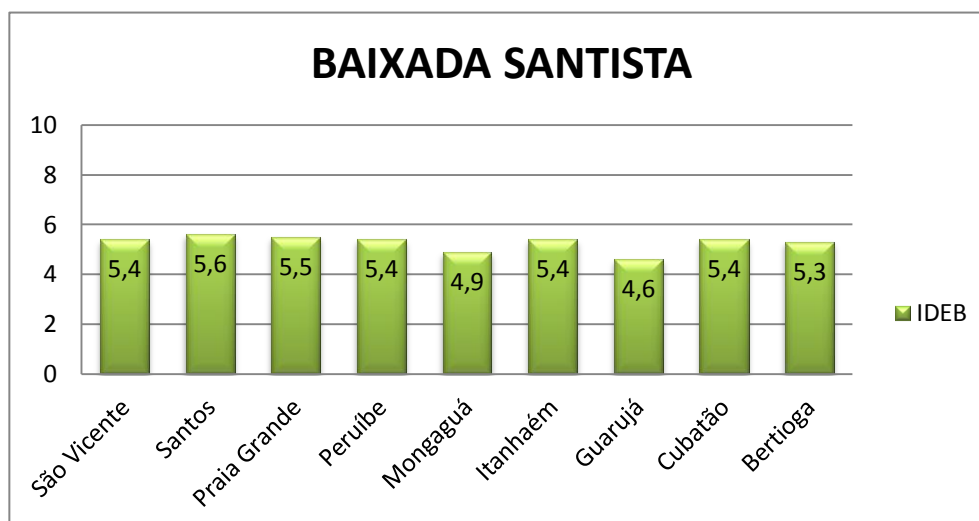
$N_{ji}$  = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade  $j$ , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;  $P_{ji}$  = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade  $j$ ;

### 3.1 Os Índices atuais do IDEB na Baixada Santista

Conforme a pesquisa feita junto ao portal do Inep referente aos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos alunos do Ensino Fundamental ano iniciais (5º ano) obtivemos os seguintes resultados:

Veremos os resultados obtidos pelas cidades da Baixada Santista no ano de 2011 nas redes municipais de ensino no Gráfico 1.

Gráfico 1 – IDEB Baixada Santista 2011

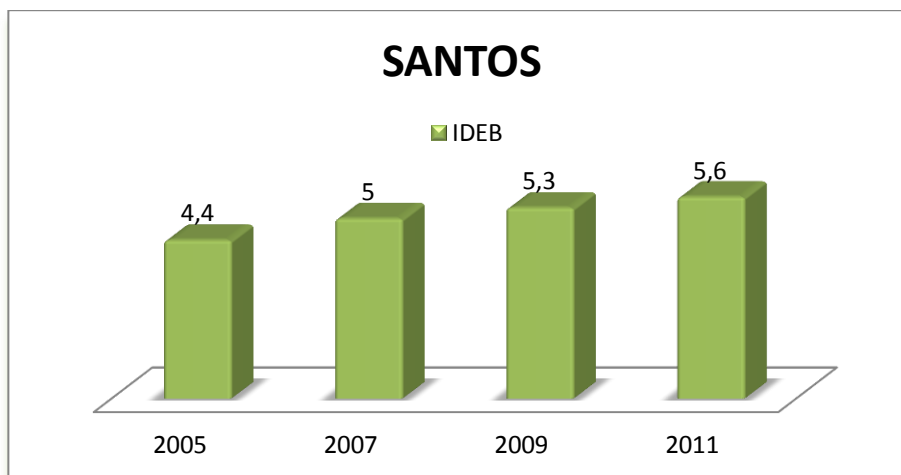


Conforme os resultados obtidos no ano de 2011, é apresentada uma diferença de 1,0 entre a cidade com o melhor resultado, que foi a cidade de Santos, com 5,6 pontos, e o pior índice da baixada, que foi a cidade de Guarujá, com 4,6 pontos.

Para o 5º ano do Ensino Fundamental, superaram a meta do MEC as cidades de Bertioga (5,3; esperava-se 4,7), Cubatão (5,4 a 4,8), Itanhaém (5,4 a 5,1), Peruíbe (5,4 a 5), Praia Grande (5,5 a 5) e Santos (5,6 a 5,2).

No gráfico 02, são mostrados os resultados da cidade de Santos desde 2005 até o ano de 2011 contando de 2 em 2 anos, mostrando a sua evolução referente à meta.

Gráfico 2 – Os índices da cidade de Santos de 2005 até 2011.

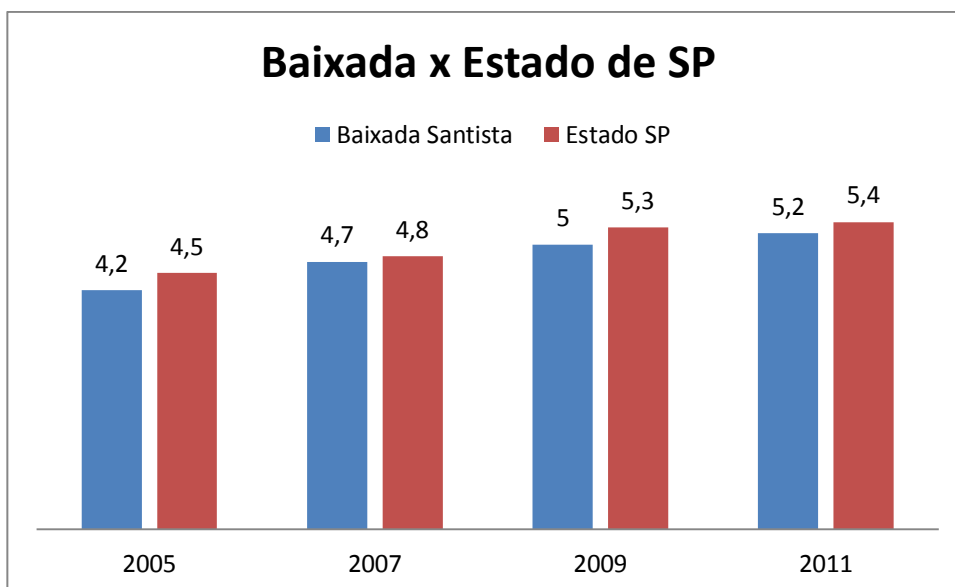


A cidade de Santos, de acordo com os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), teve uma evolução de 1,2 ao longo dos anos de 2005 até 2011, onde teve seu índice observado.

A série histórica de resultados do Ideb se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo país, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

No gráfico 3, são exibidos os resultados geral do IDEB das escolas Públicas do Estado de São Paulo e o resultado geral das Escolas Municipais de Baixada Santista, fazendo uma acareação entre eles.

Gráfico 3 – Estado de São Paulo x Baixada Santista



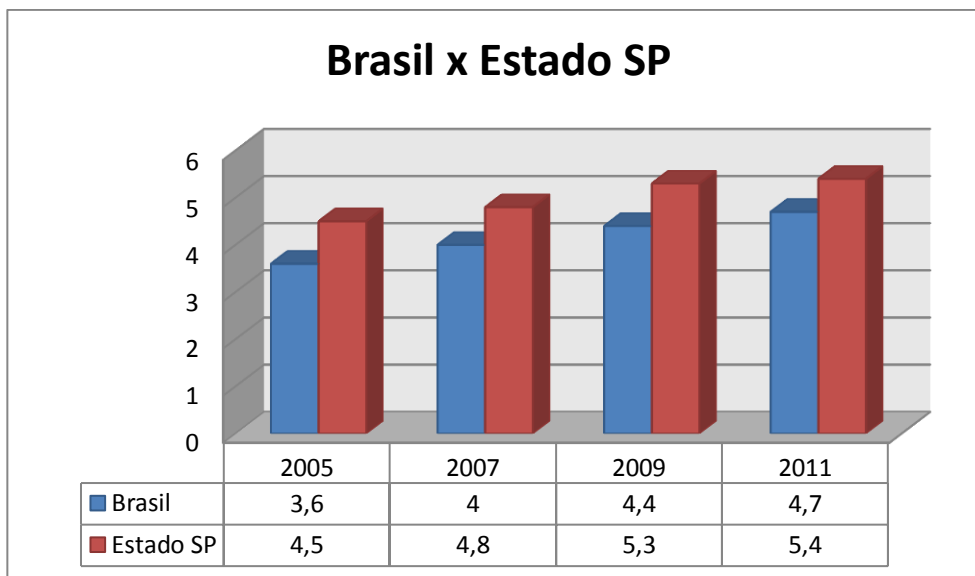
No gráfico 3 conseguimos observar que o índice da Baixada está um pouco abaixo do que as metas obtidas por todo o Estado de São Paulo apresentado uma pequena diferença entre os resultados.

O IDEB para os anos iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal foi calculado em 5.222 municípios. A meta para 2011 foi alcançada por 4.060 deles (77,5%).

Segundo o Inep, numa primeira leitura, os indicadores até aqui apresentados dão uma boa impressão sobre o sistema educacional brasileiro, mas é preciso ter cuidado nesta avaliação, porque a educação no Brasil ainda se mostra bastante ineficiente tanto no sentido de produzir concluintes quanto no sentido da adequação da aprendizagem.

Já no Gráfico 4, é revelada a relação do Brasil e os Índices do Estado de São Paulo, concebendo uma confrontação entre os propósitos.

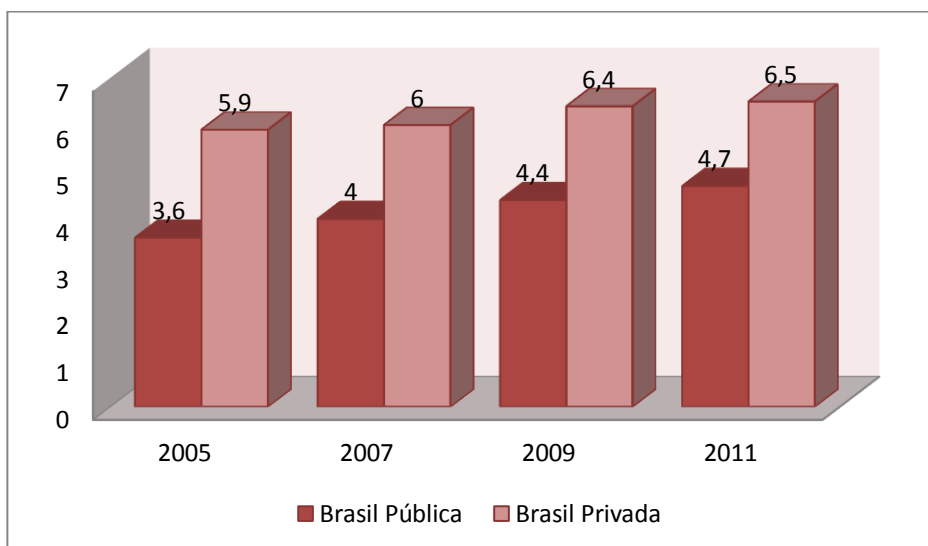
Gráfico 4 - Brasil x Estado de São Paulo



Na comparação com o resultado geral das redes estaduais do Brasil, o Estado de São Paulo apresenta índices superiores em todos os ciclos de ensino. No início do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, o resultado Brasil em 2011 foi de 4,7, enquanto a rede paulista obteve 5,4.

No gráfico 5, será feita uma observação entre os resultados das escolas Particulares e escolas Públicas nacionais.

Gráfico 5 - Brasil Particular x Brasil Público

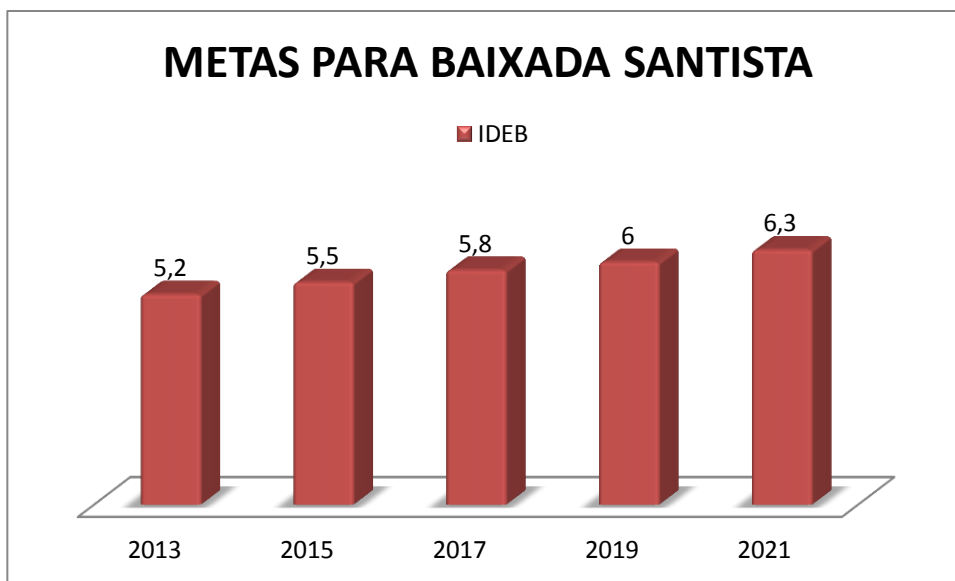


A educação é considerada a principal garantia de conquista de liberdade e igualdade de oportunidade a todos os cidadãos independentemente de sexo, etnia ou classe social. Mas a diferença entre a qualidade do ensino público e privado ainda é uma grande barreira para vencer a desigualdade. Isso é comprovado

através dos dados disponíveis do IDEB, conforme vimos no gráfico acima a diferença das metas alcançadas, que obtém 1.8 desigualdade entre os resultados de 2011.

No ultimo gráfico, que é o de nº 6, serão apresentadas as metas projetadas de 2013 até 2021 para a baixada Santista.

Grafico 6 - Metas projetadas para os próximos anos da Baixada.



Conforme os dados acima, mostrados nos gráficos do 1 ao 6, observa-se que embora lenta, há um aumento significativo nas metas do IDEB, mas ainda há um longo caminho a percorrer para assegurar que o Brasil consiga atingir a meta estipulada para 2021.

Segundo o MEC, a análise dos dados dos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa classificou 22,2% dos alunos com desempenho muito crítico, ou seja, estão na ponta negativa da escala de proficiência levada a cabo pelo Saeb, e isso significa dizer que tais estudantes não desenvolveram habilidades de leitura, não foram alfabetizados adequadamente.

Em uma leitura rigorosa, pode-se afirmar que quase 59% dos alunos brasileiros do 5º ano do Ensino Fundamental têm profundas deficiências no quesito leitura, classificados em estágios muito crítico e crítico. Somente 5% dos alunos apresentaram desempenho esperado como o adequado para o ano investigado.

Para a área de Matemática, a situação não é muito diferente: 52% dos estudantes apresentaram desempenho considerado crítico ou muito crítico. Por

outro lado, pouco mais de 6% dos estudantes apresentaram o desempenho considerado adequado para o 5º ano do Ensino Fundamental.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Verificou-se, neste estudo, que o IDEB é um índice de medição dos resultados na Educação, criado pelo Governo Federal para estruturar e colocar em prática algumas metas do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), criado na gestão do ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007.

A partir do IDEB, foram estabelecidas metas para que escolas, estados e municípios melhorassem a qualidade da Educação brasileira. Até 2021, a meta proposta pelo Governo Federal é que todas as escolas, estados e municípios atinjam o índice 6,0 pontos, sendo essa data estabelecida por ser o ano em que se comemorara o bicentenário da Independência brasileira.

Os resultados obtidos nos exames nacionais geram resultados quantitativos, o que não são suficientes para o estabelecimento de políticas públicas. Além disso, Carvalho (2001, p. 233) relata que “as estatísticas são cada vez mais tomadas como sinônimo de verdade final e incontestável, como prova de qualquer afirmação ou como subsídios em disputas de poder, privilégios e prestígio”. Assim, não se deve descartar totalmente a aplicação do IDEB ou de qualquer outro indicador educacional, mas é necessário manter-se atentos para os destinos que são dados aos resultados adquiridos. É necessário considerar que, conforme os métodos adotados, seria de fundamental importância que os resultados quantitativos e qualitativos não sejam tratados como opostos, mas como complementares, aumentando, desta maneira, a compreensão do desempenho obtido.

Além disso, o IDEB apresentado expressa a necessidade de revisão das metas estabelecidas, pois elas já estão sendo alcançadas por vários municípios e isso pode acarretar uma diminuição do esforço para o alcance de melhores resultados e, conseqüentemente, da qualidade da educação brasileira.

Este trabalho permitiu perceber que o IDEB é um dispositivo de manutenção e melhoria das políticas públicas, que pode ser melhorado com o incremento de variáveis que mensurem a qualidade da educação. Finalmente, entende-se que, para uma análise mais acurada da dinâmica educacional, no caso da Baixada

Santista, é necessário travar vivências em escolas públicas para observar, coletar informações e consultar documentos de modo a se investigar qualitativamente os processos que determinam o comportamento observado no IDEB. Da mesma forma, promover um estudo de caso acerca das escolas da rede municipal de ensino para se comparar a rede privada e a partir disso analisar como os diferentes tipos de administração influenciam na qualidade da educação e investigar as condições de infraestrutura e socioeconômicas dos bairros onde estão localizadas as escolas com resultados extremos, ou seja, aquelas com índices menores e maiores IDEB de modo a compreender como essas condições influenciam nesses resultados.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB). Disponível em: <<http://www.portalideb.inep.gov.br/>> Acessado em 24/10/13.

-----, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acessado em: 24/10/13.

-----, O PNE na articulação do sistema nacional de educação. Disponível em:<<http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/509.pdf>>

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília : 1996.

-----, Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1997.

-----, Fundo nacional de desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/>> Acessado em 24/10/13.

-----, Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE-2011/2020) PL nº 8.035/2010. Disponível em:<[http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/Documentos%20normativos/DEX/projeto\\_de\\_lei\\_do\\_plano\\_nacional\\_de\\_educacao\\_pne\\_2011\\_2020.pdf](http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/Documentos%20normativos/DEX/projeto_de_lei_do_plano_nacional_de_educacao_pne_2011_2020.pdf)>

CARVALHO, L. M. de. A Educação Ambiental e a formação de professores. In: C ; SEF, Panorama da educação ambiental no ensino fundamental / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília :, 2001

HAYDT, Regina Célia Cazaux.. Curso de didática geral. São Paulo: Ática, 1994.

LUCKESI, Cipriano C. Planejamento, Execução e Avaliação no Ensino: a busca de um desejo. In: Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Matrizes Curriculares de Referência para o Saeb. 2. ed. Brasília, 1999.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.